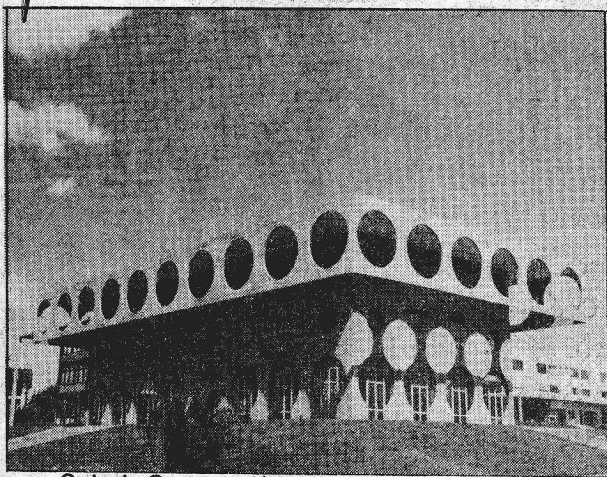




CORREIO 'BRASILEIRO'

Galeria Opus, projeto e construção do autor

O espaço que nos envolve e o SVO

GLADSON DA ROCHA
Arquiteto

Após trinta e nove dias de sofrimento extensivo a todos os brasileiros que choram pela morte de seu líder, a melhor homenagem póstuma que podemos prestar ao nosso querido presidente Tancredo Neves, é a de lembrá-lo como magnífico exemplo de liderança. Mãos à obra para a efetivação, de fato, de uma Nova República de cento e trinta milhões de brasileiros unidos, otimistas, conscientes e orgulhosos de sua maior ascendência portuguesa, geratriz da maior unidade nacional contemporânea, com um só idioma, uma só religião, uma só bandeira e um só sentimento pátrio.

Essa unidade extra especial é única entre todas as Nações e dignifica a nossa formação sócio-cultural como País emergente e candidato já a um espaço maior entre as Nações livres do mundo atual.

Temos tudo e todos os recursos para a realização desse posicionamento. E só trabalhar, mas trabalhar mesmo! Esta é a palavra amiga que tenho, neste momento, depois de ter visto, emocionado, a chegada do corpo do nosso saudoso Presidente a Brasília para ser velado no Palácio do Planalto.

A sua vida foi de total dedicação aos ideais democráticos e de trabalho permanente para a edificação de uma sociedade mais justa e mais sadia. E assim será senhor Presidente!

Impossibilitado de participar nas decisões locais de planejamento urbano e arquitetônico, por ter optado pela minha prática particular, mesmo assim, como a iniciativa, como sempre fiz no passado, de colaborar com as autoridades locais de planejamento, fazendo algumas sugestões, não só como arquiteto e urbanista

regulamentação de novas normas:

4. "Urbanização" das quadras de Brasília que ainda não foram "urbanizadas", mantendo a conservação e melhorando os detalhes urbanos e o escoamento de águas pluviais dos logradouros públicos;

5. Controle severo sobre a ocupação indevida da área metropolitana — RA I — e a preservação do cinturão verde de Brasília;

6. Diversificação e intensificação de novas linhas de transporte público urbano para promover, em geral, o uso do transporte coletivo visando a economia de combustível;

7. Sistema de transporte público rápido Brasília — núcleos satélites e especialmente entre os núcleos satélites presentes e futuros, incentivando a abertura, intercâmbio e desenvolvimento do mercado de trabalho fora da cidade-capital;

8. Revisão geral, atualização e definição dos Planos Diretores dos atuais núcleos satélites para evitar futuros acréscimos não recomendáveis;

9. Planejamento global da área rural, incluindo a rede urbana do DF com a locação de novos Núcleos urbanos, semi-urbanos e rurais, agrovilas, áreas para atividade agropecuária, parques florestais com supervisão e fiscalização sobre a flora e a fauna locais, além do tratamento e manutenção das áreas naturais públicas de lazer, em benefício da comunidade de menor poder aquisitivo;

10. Veto à construção de novos núcleos satélites dormitórios;

11. Controle absoluto sobre o licenciamento de anúncios e cartazes urbanos e rodoviários;

12. Urgente revisão do PEOT — GDF;

13. Exame das atribuições específicas de planejamento do uso do solo do GDF;

que vive intensamente o seu trabalho de prancheta, mas também como cidadão que optou, em 1956, por fazer deste antigo pedaço de chão goiano o seu "habitat" e berço de seus filhos.

Governar o DF, atualmente, implica também em extrapolar intenções e somar esforços com os governos de Unidades vizinhas, no sentido de se estabelecer uma política de desenvolvimento abrangente, incluindo a área geoeconômica do DF, criando mercado de trabalho, serviços equipamentos urbanos e rurais para a mão-de-obra excedente da região e da permanente e sofrida migração, sempre em busca de melhores condições de vida.

É alicerçado nessa macro visão administrativa de governo local que tenho a satisfação de lembrar alguns aspectos de planejamento urbano e rural que exigem providências urgentes, atenção constante e plena consciência dos critérios e conceitos básicos expressos na estrutura urbanística do Plano Diretor de Brasília e nas diretrizes gerais do relatório do seu Plano Piloto:

1. Revisão geral e atualização permanente do Plano Diretor de Brasília;

2. Controle sobre iniciativas individuais que ofendam a concepção de sentido coletivo das superquadras e dos conjuntos arquitetônicos das faixas 500 e 700;

3. Obediência às normas locais quanto ao uso das áreas verdes contíguas às residências e à inversão de logradouros públicos, ou

14. A inclusão mínima de dois arquitetos de experiência comprovada como projetistas de nível superior, com direito ao voto, na composição do quadro de conselheiros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU do GDF;

15. Cooperação na recuperação sanitária da bacia hidrográfica do GDF;

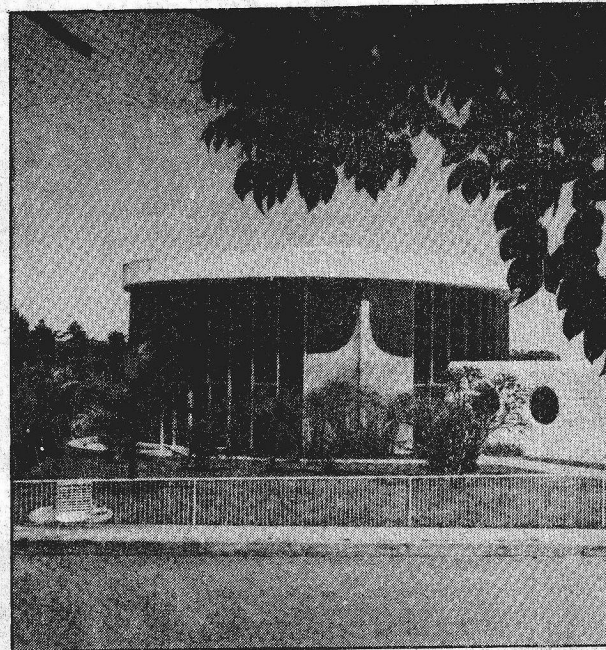
16. União de todas as forças e influências políticas para acelerar a criação de mercado de trabalho, serviços e equipamentos urbanos e rurais nos pólos de desenvolvimento da região geoeconômica do DF e atendimento ao óbvio e constante fluxo migratório, através de convênios com os Estados de Goiás e Minas Gerais, de incentivos fiscais e da cooperação do Governo Federal;

17. Verificação e análise de critérios para a erradicação ou fixação de favelas ou invasões do DF;

18. Revisão urgente do projeto que cria a locação de cerca de 2.000 lotes residenciais na Candangolândia;

9. Definição de um programa habitacional para o DF em estreita ligação com os pólos de desenvolvimento da área geoeconômica mais próxima, visando a fixação do homem próximo do seu local de trabalho, seja em Núcleos Satélites, Agrovilas ou Distritos Industriais;

20. Gestão administrativa da SVO com a presença, assessoramento e ajuda de todas as entidades de classe, incluindo as Associações de Moradores, nas decisões referentes a projetos de obras destinadas ao conforto e bem-estar social.



A residência do arquiteto Gladson da Rocha